



Um território e duas narrativas políticas: O Goiás dos goianos e a Brasília ex nihilo dos mudancistas.

Autores:

Isabelle Macêdo de Almeida Salgado - UnB - isabelledealmeida@gmail.com

Resumo:

Este artigo pretende cotejar narrativas políticas mudancistas e goianas acerca do território de Goiás, colocando a questão do desdobramento de valores culturais a partir da ideia do tombamento de Brasília ex nihilo. Será apresentada a narrativa mudancista sobre história da capital abordando a construção da ideia do vazio do Planalto Central pela obra de Ernesto Silva e discursos de Juscelino Kubitschek. A narrativa da política goiana se dará pelo estudo do Conselho de Imigração e Colonização de Goyaz, de 1949, verificando-se uma visão focada na propaganda de fomento a migração para o estado através de uma leitura de ocupação crescente, modesta e relevante do estado a nível regional. A justaposição destas narrativas geradas em tempos muito próximos almeja a construção de um olhar crítico para que se permita, a cada nova leitura, explorar e refletir de maneira mais rica outras perspectivas sobre a história de Brasília.

UM TERRITÓRIO E DUAS NARRATIVAS POLÍTICAS

O Goiás dos goianos e a Brasília *ex nihilo* dos mudancistas

INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto final dos debates ocorridos no âmbito da disciplina Pensar e Agir o Patrimônio Moderno direcionados pelos professores Ana Elisabete Medeiros e Oscar Ferreira e faz parte da minha dissertação em mestrado strictu sensu em andamento que aborda a região de Goiás que abrigaria o novo Distrito Federal, com a construção de Brasília, a partir de narrativas política mudancista, técnico-científicas das comissões e de goianos que vivenciavam as cidades goianas existentes nesta região.

Os desafios impostos para conservação de um bem material tombado geram posturas preservacionistas que tem se desenvolvido ao longo dos anos. Desta maneira, os modos de conservação mudam e geram novas perspectivas, teorias e métodos para a preservação dos bens. A intenção fundamental das intervenções preservacionistas clássicas de origem ocidental visava primordialmente a manutenção física e material do construído. Sua gênese européia é fruto de reflexões francesas, inglesas e italianas, tendo todos bebido nos férteis mananciais da filosofia clássica européia.

Em 1963, Cesare Brandi, na obra "Teoria da Restauração", delimita o conceito de restauração como "toda e qualquer atividade de conservação em uma obra de arte em função do seu caráter próprio e transmissão de suas dimensões artística, histórica e material para as gerações futuras" (CARBONARA, 2004:6). Ou seja, a materialidade do bem vinculada diretamente a dimensões outras que não a puramente física. A evidência destas dimensões colaborou para a fundamentação do conceito de significância cultural, iniciado com a Carta de Atenas em 1964. Não seria uma novidade completa, pode-se dizer que resulta da união dos aspectos anteriormente enunciados dos valores estético, histórico, científico, social e espiritual do bem.

A significância cultural ganharia evidência através dos debates e estudos sobre a conservação do patrimônio modernista em eventos como Icomos, a partir de 1965, e Docomomo, a partir de 1990. Visto que a arquitetura moderna começou a destacar-se no âmbito mundial depois do período de reconstrução do pós-guerra e a busca pela conservação destes bens deu início a um novo debate.

Susan MacDonald aponta o então surgimento de duas vertentes conservacionistas: a "tradicional" e a apresentada pelo Docomomo e Icomos. A primeira pautada nas questões oriundas do processo de conservação pré-modernista, focando na significância material. Já a segunda priorizando a autenticidade contida na intenção de projeto em detrimento ao material e buscando uma nova abordagem para a conservação de bens modernistas. (MACDONALD, 2009) Uma vez que estes bens têm em sua gênese uma série de intenções, divulgados em seus manifestos, que norteiam a forma e o material utilizados. Dessa forma, os debates oriundos do Docomomo e do Icomos sugeriam que a arquitetura moderna não poderia ser conservada com base em sua materialidade, mas primordialmente pela sua essência de valores modernistas.

Concomitantemente aos debates, obras arquitetônicas e sítio urbanos modernos começaram a ser tombados por instituições nacionais e internacionais de conservação. Um exemplo desta nova visão sobre o patrimônio moderno é o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília. Reconhecido em 1987 no âmbito distrital e mundial, pela Unesco, e em 1990 em âmbito nacional. Seu tombamento reflete os debates sobre patrimônio moderno, uma vez que o objeto de conservação escolhido foi a manutenção das escalas urbanísticas (monumental, residencial, gregária e bucólica), elaborados pelo arquiteto Ítalo Campofiorito, e não a materialidade da cidade. Foi um posicionamento preservacionista compatível com o modo de proteger modernista e também com a realidade material do bem na época, uma vez que a cidade não estava construída em sua totalidade. Este modo de observar, por meio da significância cultural, o patrimônio através do critério de significância cultural tem no patrimônio moderno um cenário fértil.

A partir do aspecto histórico do conceito da significância cultural este trabalho busca uma leitura crítica sobre a narrativa que se entende hegemônica acerca da história de Brasília e a narrativa política goiana que, em 1949, pelo c. O objetivo deste estudo é apresentar e problematizar a narrativa da construção de Brasília, sobretudo quanto ao tópico da sua criação ex nihilo, ou seja, a Brasília feita "a partir do nada". Narrativa galgada na anulação do que havia no estado de Goiás, também, como uma ferramenta da política nacional para fomentar a justificação e o conceito hiperbólico do bem construído ou feito memorável. Deve-se, entretanto, ser salientado que não se busca aqui uma suposta revelação da "verdade" ou de uma versão mais legítima dos fatos. Este trabalho é uma reflexão crítica do modo de construção de valores que se entende coletivos sobre um bem tombado. Ou seja, valores nacionais sobre um objeto de proteção nacional e mundial. Entende-se, por fim, que "os valores não estão apenas no objeto, mas na compreensão que as sociedades fazem sobre ele" (CARSALADE, 2012)

O artigo está estruturado em três partes: a construção do vazio, o vazio ocupado e, por fim, considerações finais. A primeira parte se concentra na apresentação da construção desta narrativa política sobre Brasília a partir da historiografia gerada nos primeiros anos da história de Brasília, pela ótica de autores como: Ernesto Silva, diretor da Novacap entre 1956 e 1960, e Juscelino Kubitschek, presidente responsável pela construção e transferência da capital. A segunda parte trata da investigação sobre a situação do Planalto, focando no caso de Goiás como província e como estado até 1950 a partir de estudo do Conselho de Imigração e Colonização de Goyaz. Retrata o estado através de dados de censos anteriores e estudo sociológico sobre a região. Por fim, as considerações finais visam interpretar de maneira crítica

o processo da construção da história de Brasília a partir da criação da idéia de vazio do estado de Goiás, a fim de possibilitar novos olhares e compreensão de valores de cunho historiográfico de um bem patrimonial.

A CONSTRUÇÃO DO VAZIO

A narrativa sobre a fundação de Brasília a partir da ótica da política mudancista teve um de seus alicerces a construção da ideia de vazio do Planalto Central. Para isso, utilizaram-se de uma regressão ao tempo buscando uma gênese desprendida dos anos 1950 a fim de oferecerem alicerces históricos para a justificativa da transferência da capital. Como uma planta esta construção da narrativa sobre a transferência e construção da nova capital se inicia como embrião, a partir de uma semente introduzida nos tempos posteriores a JK; ganha corpo e raiz, se fixando em solo, no caso o imaginário nacional e até mesmo internacional, através dos técnico-científicos das comissões exploradoras; e até que, por fim, gera frutos como: as narrativas políticas coevas ao governo JK e o conceito *ex nihilo* da justificativa da Unesco do tombamento de Brasília.

A Fase Embrionária. O berço dessa construção está em relatos coloniais sobre a nova terra que passava pelo início da ocupação portuguesa. Tratava-se como necessária a busca do interior do país para melhor defender o território além do litoral e posicionar a capital longe do alcance de invasores vindos do oceano. A colonização deveria parar de arranhar o litoral a passos de caranguejo, como relatado por Frei Vicente de Salvador, em busca de um território ainda não explorado pelos desbravadores.

Entendia-se que ali, no interior do território, haveria povos primitivos que careciam do desenvolvimento colonizador, da catequização de suas almas e que o território que tanto doava matéria prima em seu litoral também possuía matérias outras passíveis de usurpação. Nota-se o princípio da construção da narrativa sobre o *hinterland* galgada no primitivo e na salvação do território através da presença dos que vinham do litoral. Claro que na época essa narrativa era mais próxima a realidade de vazio colonizador do que nas que seguem o curso do tempo. Compreende-se então esta fase como um embrião que tinha muitas possibilidades de crescimento.

Entre 1549 e 1763 a capital da colônia portuguesa era Salvador, na Bahia de Todos os Santos, e a partir de 1763 perde o posto para o Rio de Janeiro, uma cidade também situada no litoral. Um posicionamento mais tangível referente à busca de uma interiorização da capital é defendido, em 1821, pelo deputado representante José Bonifácio de Andrade e Silva ao apresentar à Corte uma proposta de mudança para uma "cidade central no interior do Brasil". De 1892 a 1954 foram nomeadas várias comissões encarregadas de percorrer, analisar e relatar o território quisto para a sitiar a nova metrópole brasileira.

A Fase Corpo e Raiz. Destaca-se a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, criada pelo ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas conforme a portaria 19-A, de 17/05/1892, que destinava a chefia do grupo a Luiz Cruls. A comissão iniciou seus trabalhos no mesmo ano e o Relatório Cruls, como é conhecido o relatório final desta comissão, é uma das narrativas oficiais que tratam do local a ser escolhido para Brasília. A

descrição da região objetiva os bens naturais, em particular uma exaltação aos bens hídricos da região. O fato de que a região abrigava uma das nascentes de importantes rios brasileiros como o São Francisco, o Tocantins e o Paraná legitimava a região sendo compatível a de um sítio que receberia a nova capital federal.

"Enfim, de jornada em jornada, estudando tudo: qualidade do solo, vantagem de águas, clima, caráter do conjunto da paisagem, etc., cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, Riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me profundamente a calma severa e majestosa desse vale." (GLAZIOU apud CRULS, 1957:331)

Os desenhos técnicos desenvolvidos pela comissão relatam sobretudo a topografia de onde passaram, os cursos das águas, leitos dos rios e itinerário de viagem, tendo as cidades de Uberaba, Pyrenopolis, Santa Luzia, Formosa, Goyaz, Catalão, entre outras, como ponto de estadia, quando não acampados no cerrado. As cidades de Pyrenopolis, Goyaz e Catalão foram apresentadas por meio de plantas indicando relação com os rios, vias e projeções de ocupação das edificações e legendas indicando espaços públicos e igrejas. Os roteiros são resumos de seus pontos de apoio e passagem, neles as cidades e fazendas são apenas citados e não relatados.

"A 1o de Setembro entravamos em Formosa, cuja fama de belleza lembrada por seu nome não é pouco exagerada. Nos mappas antigos é designada pelo nome de «Couros», por causa do commercio bastante consideravel de couros de onça que ahi se fazia, mas que actualmente perdeu quasi toda a importancia." (CRULS, 4894: 69)

"É innegavel que até hoje o desenvolvimento do Brazil tem-se sobretudo localizado na estreita zona do seu extenso littoral, salvo, porém, em alguns de seus estados do sul e que uma área immensa de seu territorio pouco ou nada tem beneficiado d'este desenvolvimento. Entretanto, como demonstra a exploração á qual procedeu esta Commissão, existe no interior do Brazil uma zona gozando de excellent clima com riquezas naturaes, que só pedem braços para serem exploradas." (CRULS, 1894: 111)

Percebe-se a partir dos relatos da comissão Cruls a ideia de que o sítio estudado, que viria a ser Brasília, era pouco explorado, onde as atividades que aconteciam eram rupestres, em meio a uma sociedade distinta da do litoral e mal desenvolvida. O embrião da narrativa do vazio ganhava um corpo mais politizado, pois oriundo de uma comissão constituída pelo governo, e a noção de vazio é finalmente enraizada no imaginário brasileiro, com respaldo dos grandes nomes de peso dos componentes da comissão.

A Fase Frutos. Com o sítio definido, nação estava mais esperançosa, ou duvidosa, e, para alguns não restava mais tempo para delongar o assunto. Juscelino Kubitschek, eleito presidente em 1956, persegue cumprir a determinação constitucional de mudança da Capital Federal. Em 1957, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap, é instituída. As obras se iniciam com trabalhadores vindos de "todos os recantos do País" e com ela a construção da narrativa política ganha mais elementos ufanistas.

O diretor da Novacap durante os anos da construção inicial de Brasília, de 1956 a 1960, Ernesto Silva, também oficial do exército e atuante na área da saúde e educação do DF, escreveu o livro "História de Brasília", dez anos após a inauguração da cidade, que aborda seu relato sobre a construção da capital. A narrativa histórica se inicia com a descrição da fundação de Roma e a coincidência da "providência divina" de Brasília ter sido "inaugurada", mesmo que meio ao canteiro de muitas obras não finalizadas, na mesma data, participando assim de uma epopeia clássica e com valores maiores do que a própria nação, valores da antiguidade clássica romana. Característica confirmada pela carta de Juscelino sobre o livro que afirma ser a história de uma "grande epopeia".

"Nos limites da fronteira econômica, a Nação, política e socialmente, estava organizada. Daí em diante, em direção ao Oeste, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável; à espera de que nos dispuséssemos a ocupá-lo efetivamente. Esse o erro que Brasília pretendeu corrigir." (SILVA, 1999:12)

"Brasília começou do NADA. Não havia casas, instalações elétricas, água, recursos humanos. NADA, absolutamente NADA. (...) Não havia qualquer ponto de apoio para a execução do trabalho." (SILVA, 1999:387).

A narrativa de JK constantemente enaltece o feito da construção em detrimento ao contexto goiano. Destaca-se aqui dois discursos relevantes em contexto local e nacional: um dirigido aos candangos para agradecimento de seus serviços e dedicação prestados ao interesse da nação e outro, no dia seguinte, para inauguração da capital, dia 21/04/1960. Em ambos discursos o presidente eleva o status de Brasília à obra de milagre e como princípio das soluções do interior da nação. A solução destacada seria a de que a nova capital resultaria no princípio da ocupação civilizada deste interior, "porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano (...)". Para não se deixar dúvidas sobre este recorte da fala de JK, destaca-se:

"(...) no dia dois de outubro de 1956, à grande planície vazia, onde só encontramos, como sinal de presença de homem civilizado, um cruzeiro que a Comissão Demarcadora de Fronteiras mandara erguer em sinal de sua passagem. Brasília começou nesse momento a delinear-se em nossos espíritos." (JK, 1960 apud PINTO, 2010:49)



Figura 1: Imagem do Planalto central contida no livro "História de Brasília" de Ernesto Silva, destaca-se a legenda "Sítio Castanho. O Planalto era assim. E assim tudo começou" Fonte: SILVA, 1999:13.

Essas descrições da construção da capital como um ato de compaixão e dever dos que habitavam o Brasil litorâneo, onde habitava o "Brasil civilizado", para com o centro do país, onde na contraposição de um "outro Brasil" haveria uma sociedade distinta, possivelmente não organizada como a litorânea. Entende-se que o Planalto se configurava em miséria e improdutividade, sem pontos de apoio para o trabalho dos pioneiros de Brasília. Pode-se dizer que esta visão desértica, selvagem e puramente natural sem presença significativa da sociedade goiana foi fomentada pelo Relatório Cruls e fixada pelas narrativas de importantes nomes ligados à política, como JK e Ernesto Silva. Aquele embrião que ganhava corpo e raízes outrora, doravante gera seus primeiros frutos.

VAZIO OCUPADO

Para se entender a ocupação do estado de Goiás optou-se por uma visão política local com o propósito de promover Goiás para que o estado recebesse mais colonos da europeus. Um dos resultados do engajamento governador Coimbra Bueno foi a conseguir que o estado recebesse a 1ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização em 1949 e no mesmo ano publicasse junto com o Conselho de Imigração e Colonização, C.I.C., a obra "Goiás: uma nova fronteira humana" no mesmo ano. O intuito da publicação foi de "demonstrar para os brasileiros e estrangeiros as reais possibilidades do Estado, as potencialidades de povoamento dessa vasta região no Brasil central".

A publicação apresenta o estado a partir do intuito de descobrir o *hinterland*. Relatam o desbravamento de regiões não-litorâneas foi iniciado durante o período colonial através de campanhas governamentais, privadas e jesuíticas por meio das entradas, bandeiras e descidas, respectivamente. O intuito a priori era extrativista, há registro de entradas em 1590 em busca de mão de obra escrava e metais preciosos. Posteriormente, com as mudanças de traçados dos limites colonizadores entre Espanha e Portugal, a área se torna oficialmente do Estado denominada: Minas de Goyaz, mais especificamente em 1728. A partir disso, sua ocupação, além de extrativista, passou a ter um novo objetivo de ampliação e defesa do território.

O desenvolvimento econômico da província de Minas de Goyaz foi primeiramente baseada na extração de ouro e pedras preciosas, que na época arrecadou cerca de "duzentos contos de réis, importância que para o tempo era vultosa" (REIS, 1949). As arrobas, de ouro, goianas se eram exportadas para Portugal e de lá para o resto da Europa. Este tipo de exploração gerava uma população que pouco se fixava nos arraiais ou vilas, uma vez que grande parte dos trabalhadores de minas estavam em constante mudança para onde havia melhor condições de extração da matéria prima.

Com o declínio do ciclo da mineração, acentuada em 1764, novas atividades ganhar maior importância no quadro econômico regional, como a pecuária, a produção agrícola, a produção extrativista e indústria rural. A pecuária, que ganhara força a partir de 1870, alcançou em 1947 o posto de evidência no plano da economia de Goiás, representado no quadro nacional 8,12% do rebanho bovino, 6,21% do rebanho suíno e 7,08% do rebanho equino. (CABRAL, 1949)

Na agricultura, levantada entre os anos de 1940 e 1947, destaca-se a produção de arroz na região do "Matto Grosso de Goiás" que se refere às cidades de Anápolis, Goiânia, Pirenópolis e outras 7 cidades próximas a região demarcada pelo Distrito Federal. Dentre as atividades industriais, a indústria siderúrgica de pequena escala, principalmente em Vila Formosa, para a fabricação de instrumentos para as atividades principais no campo. Grande parte da produção goiana era escoada para as regiões vizinhas através dos transportes terrestres, ainda que precário, e fluvial, pelos rios Araguaia e Tocantins.

Comércio interestadual
Movimento do comércio de importação e de exportação, no período compreendido entre 1940-1946

ANOS	Exportação		Importação		Saldo positivo ou negativo	
	Quantidade (Q)	Valor (C\$ 1.000)	Quantidade (Q)	Valor (C\$ 1.000)	Quantidade	Valor
1940	193.226	124.820	40.220	98.063	+ 153.007	+ 26.757
1941	144.204	102.825	47.607	133.864	+ 96.597	+ 28.962
1942	155.730	110.005	54.207	108.346	+ 101.523	+ 13.659
1943	118.215	249.740	57.699	251.789	+ 80.516	- 2.049
1944	199.424	333.400	61.574	345.747	+ 47.850	- 12.343
1945	209.819	332.554	66.681	351.668	+ 43.138	- 19.114
1946	134.611	384.807	62.501	407.992	+ 74.110	+ 86.815

Figura 2: Comércio interestadual de Goiás (1940 - 1947). Goiás: uma fronteira humana, p. 70.

Quanto ao quadro da economia analisado, José Cabral aponta que Goiás "assenta em bases de um trabalho desordenado" sem um planejamento previamente estabelecido. Evidente que os números e ritmo de desenvolvimento de Goiás até 1947 são inferiores aos das demais regiões do Brasil, contudo há de se reconhecer o desenvolvimento de sua produção regional e contribuição para a economia nacional. Como mostra a figura 2, que demonstra que o movimento de exportação, para outros estados, foi superior a importação em todos os anos avaliados.

O desdobramento populacional gerado pela mudança do tipo de economia principal, pecuária e agricultura, foi a maior fixação no território goiano. No primeiro Recenseamento Geral, em 1872, calculou-se a população de Goiás em 160.395 "almas", em 1940 foram registrados 826.414 habitantes, e no censo de 1950 1.234.928 habitantes registrados. Em relação ao país, no último censo apresentado, o estado de Goiás representava 2,33% da população nacional. Nota-se o crescimento de imigrantes vindos de outros países no período entre primeira e segunda guerra mundial. Dado este que se repete em outros estados do Brasil, não sendo uma exclusividade do território goiano.

A distribuição demográfica dentro do estado no ano de 1949 evidencia a ocupação da região antes referida como "Mato Grosso de Goiás" e, dentro desta mesma região, as regiões próximas a capital Goiânia, instalada em 1935, conforme a figura 3. Este registro revela ocupação demográfica até 1 hab/km² em 18 municípios, 1,01 a 5 em 22 municípios, 5,01 a 10 em 12 municípios e maior que 10,01 em 3 municípios. Sendo a parte norte de Goiás, que se emanciparia em 1989, tornando-se o estado do Tocantins, a região de menor ocupação em relação ao sul. O sul é visivelmente diferenciado entre os municípios mais próximos à capital e ao triângulo mineiro que as mais próximas ao estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

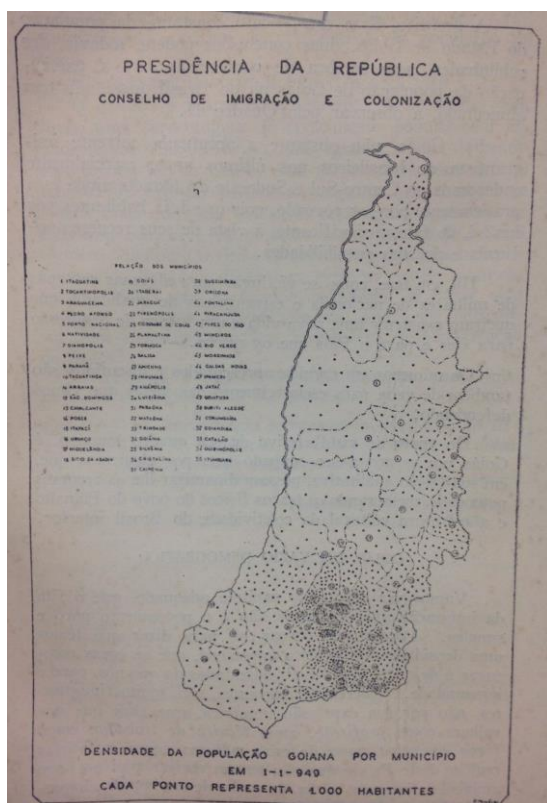


Figura 3: Densidade da população goiana por município em 1949. Goiás: uma fronteira humana, p.104.

No Censo de 1950 o estado de Goiás é dividido em 11 zonas: Anápolis, Goiânia, Norte, Sul, Sudeste, Paranã, Planalto, Alto Araguaia, Médio Araguaia, Taguatinga e Alto Tocantins. A Zona Planalto composta pelos municípios de: Cavalcante, Cristalina, Formosa e Planaltina. curiosamente não englobam a cidade de Luziânia, pertencendo à Zona de Anápolis. Na data o estado de Goiás era constituído por 77 municípios, 166 Distritos, 77 Cidades e 89 Vilas.

Das 77 cidades, destaca-se no presente trabalho: Luziânia, Planaltina, Formosa, por cederem área para a instalação do novo DF; Pirenópolis, por ser citada diversas vezes no relatório Cruls; Anápolis, por representar eixo de escoamento importante para o sudeste na época; e, por fim, a capital do estado de Goiás, Goiânia.

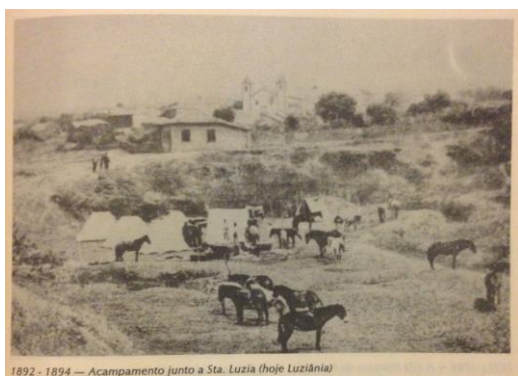


Figura 4: A cidade de Luziânia quando visitada pela Comissão Cruls. História de Brasília, p.47.



Figura 5: Vista da cidade de Goiânia, inaugurada em 1935, de 1957. Fonte: IBGE Cidades <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/historico>



Figura 6: Cidade de Anápolis em 1957. Fonte: IBGE Cidades
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/historico>



Figura 7: Vista da cidade de Formosa em 1957. Fonte: IBGE Cidades
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/formosa/historico>



Figura 8: Vista da cidade de Planaltina em 1957. Fonte: IBGE Cidades
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/planaltina/historico>

Segundo o censo de 1950 a população presente da região do futuro Distrito Federal somava um montante de 50.267 pessoas, sendo 7.335 em Planaltina, 19.657 em Luziânia e 23.273 em Formosa. Valor muito parecido com os das maiores cidades do estado na época: Anápolis com o total de 50.338 de população presente e a capital goiana registrando 53.389. Contudo vale ressaltar que a zona de Anápolis, constituída de 9 cidades, dentre elas Luziânia e Pirenópolis, esta com 22.430 de população presente, somava o montante de 159.085 e a Zona de Goiânia 247.924.

Fato é, o estado de Goiás se apresenta pela publicação do C.I.C. como uma sociedade em número, gênero, religião, ocupação e outros critérios semelhantes ao "Brasil do litoral" na devida proporção de desenvolvimento e investimento. Suas terras férteis contribuem com a geração de emprego, produzem bens primários relevantes a nível regional e abrigam cidades, vilas, fazendas de apoio para qualquer viajante e explorador. Em seu todo não consiste no nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas narrativas políticas analisadas neste artigo exprimem visões distintas sobre o mesmo objeto, contudo com o mesmo intuito: fomentar o desenvolvimento da região de Goiás. Enquanto a narrativa da política local do estado de Goiás, que em 1949 possuía uma área que hoje equivale aos estados de Goiás, Tocantins e DF, se apresenta com uma população que representava 2,33% da população nacional; afirmava não possuir grandes aglomerados de pessoas, em relação aos das cidades litorâneas; e apresentava sua produção agrícola e pecuária com relevância regional e contribuía com exportação internacional de matéria prima para os Estados Unidos e Europa, ainda não reconhecida nacionalmente. A narrativa da política mudancista cria o vazio do Planalto utilizando relatos coloniais como embrião, ganhando corpo e se enraizando na república e colhendo seus primeiros frutos em narrativas referentes a construção de Brasília.

É importante salientar, brevemente, alguns trabalhos de análise crítica que sustentam a tese dessa construção política da narrativa mudancista. Segundo Laurent Vidal, os principais líderes se esforçaram para dar à futura capital uma narrativa misteriosa, mística e mítica. Uma verdadeira epopeia moderna. Para estruturar este poema, seus autores engrandecem aspectos locais e nebulam o território goiano. Segundo Sylvia Ficher (2000):

"Arcaísmo e contemporaneidade se misturam em Brasília, e sua história continua sendo escrita no registro do mito, apresentada como ocupação primeira de um local virgem, apagados os traços de alguns séculos da história do Goyaz, agora aparentemente sem passado e sem tradições próprias, esquecidos aqueles que aqui viveram antes da sua construção." (FICHER, 2000:48-49, abud BARBO, 2010:24)

Em sua tese "Brasília: o mito da trajetória da nação" Márcio de Oliveira trata a "compreensão do processo de construção de Brasília como manifestação grandiosa da narrativa mítica presente na noção de mito da nação". Com relação ao Planalto Central, "uma das expressões mais evocadas em quase todas as referências a Brasília", Oliveira traz as lembranças de pioneiros que relatavam as piadas feitas com o que se dirigia ao estado de Goiás, "perguntavam-se se o povo goiano vestia tangas". O isolamento do estado gerava desconhecimento que apropriado pela população litorânea gerava um imaginário fabuloso e primitivo sobre o Goiás. Além do desconhecimento do contexto social e econômico do estado, a paisagem muito distinta das matas litorâneas serviria de base para a ressurgência do personagem mítico do bandeirante.

"Mas ainda que a região do Centro Oeste não fosse tão deserta como se imaginava à época da construção, não teria faltado lastro para o ressurgimento do antigo mito do descobrimento do Brasil" (OLIVEIRA, 2005:76)

A construção da narrativa de uma "nova nação", uma nação renovada, cheia de esperanças, a partir da construção de uma cidade *ex nihilo* parte de relatos que ocultaram perspectivas locais como a da política goiana apresentada pelo C.I.C., por exemplo. Como um

palimpsesto, pergaminho cujo texto foi apagado dando superfície a um novo conteúdo. Cada narrativa histórica que nos é oferecida é imbuída de intenções, no caso estritamente políticas, e seus frutos ao serem experimentados, com ou sem critérios de análise, são absorvidos, se desprendem da historiografia impressa em papéis, e se configuram posteriormente em valores coletivos. Reafirma-se que contrariamente ao que se pode entender, o que se almejou com a verificação desta construção histórica não propõe qualquer negação da história já descrita, mas um olhar crítico em conjunção para estabelecer uma reflexão cumulativa. Desta maneira, acumulando sobre os valores imbuídos de outros significados para que se possa a cada leitura crítica se explorar e refletir de maneira mais rica outras perspectivas do patrimônio, no caso a moderna Brasília.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco. Anuario historico, geographico e descriptivo do estado de Goyaz para 1910. Brasília: SPHAN/8aDR, 1987.

BARBO, Leonora. Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória. Dissertação (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) - UnB, Brasília, 2010.

BATISTA, Geraldo Nogueira. FICHER, Sylvia. LEITÃO, Francisco. FRANÇA, Dionísio Alves de. Brasília: uma história de planejamento. Cidade, planejamento e gestão urbana: história das ideais, das práticas e das representações. X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CABRAL, José; REIS, A. C. Ferreira; SOUSA, João; Secretaria do C.I.C. Goiás: uma fronteira humana. Rio de Janeiro: Empreza Gráfica do ouvidor, 1949.

DUTRA E SILVA, Sandro; BELL, Stephen. A colonização agrária no Brasil Central: fontes inéditas sobre as pesquisas de campo de Henry Bruman em Goiás na década de 1950. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 198-225, jan./abr. 2018. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

MACDONALD, Susan. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. Sidney: Aicomos, 2009. https://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf Acessado em 28/05/18

OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2015.

PERPÉTUO, Thiago. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: BERNARDES, Sandra; PERPÉTUO, Thiago; (org). Patrimônio em Transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais. Brasília: IPHAN, 2016, p. 52-75.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995, pg 279-290.

PESAVENTO, S. J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Revista Esboços, UFSC, n.11, 2004. In <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/47/showToc>> Acessado em 25.07.2017

SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

ICOMOS. Report of the 11th Session of the Committee. Unesco, 1987. In <http://whc.unesco.org/en/list/445/documents/> Acessado em 11.07.2018.

VASCONCELOS, Adirson. A mudança da capital. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1979.

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.